

ALVES, Herculano – *As línguas da Bíblia 23 séculos de traduções*, [= *A Bíblia em Portugal 1*], Lisboa, Esfera do Caos 2016, 358 p.

Estamos diante do primeiro volume de um conjunto de seis, em que o autor franciscano capuchinho se propõe abordar aqueles que são para ele e para a estrutura da obra os cinco grandes períodos da Bíblia. Um trabalho deste género só foi possível porque o autor dedicou toda a sua vida à difusão do conhecimento e do estudo da Sagrada Escritura (também aqui nesta casa) e à história da evolução e da transmissão do texto bíblico, tendo supervisionado a última grande tradução da Bíblia para português. Este trabalho foi realizado sendo também membro da FEBICA, o que estimulou esta tarefa.

O título geral da coleção de seis volumes é "A Bíblia em Portugal". Podemos considerar que este primeiro tomo é um volume propedéutico a toda a coleção, pois faz o historial da evolução das grandes e clássicas versões do texto bíblico. Por isso, o autor deu a este primeiro volume o subtítulo "As línguas da Bíblia. Vinte e três séculos de traduções". O segundo volume descreverá a Bíblia na Idade Média, e o terceiro nos séculos XVI e XVII; o quarto será exclusivamente dedicado ao trabalho e à tradução para português da Bíblia de João Ferreira Annes d'Almeida (1629-1690), o quinto à Bíblia nos séculos XVIII e XIX, e o sexto à Bíblia nos séculos XX e XXI.

Para realizar esta obra, o autor teve de visitar as mais importantes bibliotecas europeias e não só. Isto mesmo pode ser comprovado pelas inúmeras informações que nos vai fornecendo da localização de muitas das versões do texto bíblico espalhadas pelas grandes universidades europeias, americanas e brasileiras.

O autor indica no início deste volume (p. 27) que obedecerá a quatro grandes

preocupações que estarão presentes ao longo de toda a coleção: mostrar o ambiente cultural e religioso europeu, com as suas instituições e traduções da Bíblia; fazer o mesmo para o espaço e para a história portuguesa onde foi promovida a tradução da Bíblia; referir autores de traduções da Bíblia para português; e apresentar uma recolha bibliográfica disto mesmo. Ora vejamos como é que tal foi implementado neste volume.

A obra está dividida em sete capítulos. O primeiro (pp. 33-70) apresenta a evolução do texto original da Bíblia Hebraica (BH) (incluindo os textos de Qumran e o Pentateuco samaritano); o segundo (pp. 73-101) apresenta as várias traduções targúmicas da BH; no terceiro capítulo (pp. 107-142) o autor apresenta a origem e as várias edições do texto da tradução dos Setenta; no quarto (pp. 147-215) são ordenadas cronologicamente as várias traduções importantes para o trabalho de ecdoticidade do texto bíblico, quer do Antigo quer do Novo Testamento; no quinto capítulo (pp. 219-234) somos introduzidos às peripécias e ao interesse da versão latina da *Vetus Latina*; no sexto capítulo é descrito o crescimento da tradução latina da *Vulgata* desde S. Jerónimo (pp. 251-296); finalmente, no último capítulo (pp. 299-308), chegamos ao texto da *Neo-Vulgata*. Cada um destes capítulos conclui-se com uma resenha bibliográfica fundamental dos estudos e das edições críticas mais representativos. A obra remata no fim com sete suplementos.

Por este índice geral, damos conta do longo percurso das vicissitudes através das quais a Palavra de Deus passou até chegar a nós, nas nossas línguas vernáculas. Toda esta panóplia de

testemunhos evidencia o longo e lento trabalho de transmissão do texto. Aqui e acolá o autor oferece-nos alguns pormenores sobre a vida dessas versões na complexidade da respetiva história. Um desses exemplos acontece com o códice de Alepo, do século IX, do qual damos aqui mais algumas informações do que aquelas que encontramos nas pp. 41.46.47.57.58.59.197.198, e fazemo-lo a título de exemplificação.

O Códex de Alepo é um exemplo do trabalho da escola de Tiberíades, que floresceu entre 780 e 930 d.C. Aí trabalharam membros da família de Ben-Asher. Nesse período sucederam-se seis gerações dessa família, que se dedicaram à cópia do texto do Antigo Testamento. O membro mais conhecido foi o último – Aaron ben-Moisés ben-Asher –, que editou o texto completo da Bíblia Hebraica. O códex de Leninegrado parece ser cópia desse texto completo. O códex de Alepo (assim chamado) foi copiado em Tiberíades em 980 d.C. e levado para Alepo, na Síria, em 1375. Antes de aí chegar, cem anos depois de ter sido escrito, este código já tinha estado na posse da comunidade caraíta de Jerusalém. Durante as cruzadas foi levado para o Egito, onde permaneceu até 1375, altura em que chega então a Alepo; a partir daí passou a ser conhecido por esse nome – códex de Alepo. É o códex que serve de base à publicação da Bíblia Hebraica por parte da Universidade de Jerusalém. Um fragmento de 8 cm do códex de Alepo foi salvo por Sam Sabbagh do incêndio de 1947, quando uma multidão pegou fogo à sinagoga por as Nações Unidas terem instituído o Estado de Israel nos territórios da Palestina que viria a ocupar. O fragmento foi vendido ao Instituto Ben Zvi em Jerusalém. É uma das partes que faltava ao códice. O que resta está no Museu do Livro em Jerusalém. Originariamente, tinha 487 folhas; hoje só

existem 294. Perdeu-se o Pentateuco, Qo, Job, Ester e Esdras. Estas são as mutilações que não são referidas na p. 58, mas apenas na p. 197. Por outro lado, importa corrigir numa próxima edição a discrepância entre as pp. 58.197 e a p. 46, onde se apresenta como produção do códice de Alepo a data aproximada de 925-930, enquanto na p. 58 se apresenta a data de 980 atrás referida.

Nesta obra o leitor não vai encontrar os desenvolvimentos da hermenêutica bíblica nem as respetivas questões intrincadas. Ficamos à espera dos restantes volumes da coleção para ver como, de facto, a Bíblia é o *Great Code* (Northrop Frye) da cultura ocidental, no caso particular, como marcou a cultura portuguesa. Todavia, mesmo investindo neste volume na história da formação e estabilização do texto bíblico, a hermenêutica chega também aí, pois tem de interpretar essa origem. Assim sendo, a afirmação da p. 179 de que o cânone judaico já estava "bem definido ... no concílio de Jâmnia" não encontra hoje sustentação na exegese bíblica e judaica em particular. Jâmnia era a escola de Rabi ben Zakkai nos anos da destruição de Jerusalém (*mRosh* 4,1-4), e por volta do ano 80 da nossa era Gamaliel II estabelece aí a sua escola (cf. *mYadaim* 3,5). Jâmnia (ou *Yabnè*) não definiu qualquer cânone, pois foi apenas uma reunião de estudo, como a própria escola o era. Não conseguiu um carácter vinculativo. Perguntou apenas se o Cântico dos Cânticos e o livro de Qohélet queimavam ou não as mãos.

Ao longo da obra o autor mostra, de facto, as várias famílias textuais que formaram uma comunidade e construíram o texto bíblico enquanto tal. Deste modo, o autor mostra que a Igreja resistiu sempre a adotar uma versão como sendo o texto inspirado ou a única versão possível. Por isso, a Igreja assumiu várias versões, vários textos, porque a Palavra de

Deus não se esgota numa única versão. Isso diz por aí a própria universalidade da Igreja. A Igreja apenas assumiu várias famílias textuais. Assim sendo, não é só um texto que é inspirado, são vários, pelo que várias foram as traduções que foram sendo assumidas ao longo da história de Israel e da Igreja.

Aqui chegados, o leitor terá de debater com o autor a grande importância que concede à famosa tradução dos Setenta, ao ponto de lhe dedicar o capítulo mais extenso de todos – o quarto. Com efeito, esta tese fez escola na exegese bíblica pelo simples facto de o Novo Testamento ter sido escrito na mesma língua dos Setenta ou porque os grandes manuscritos da versão dos Setenta nos chegaram já em ambiente cristão e com cópias do Novo Testamento – como no caso dos grandes unciais do Novo Testamento. Todavia, sendo os Setenta uma tradução do original hebraico, a própria exegese bíblica tem vindo paulatinamente a contestar esta tese. Inúmeros são os exemplos que não podemos, obviamente, aqui discutir. Mas basta pensar na *propositio* de Rom 1,17 onde a categoria de *pistis* depende totalmente da versão massorética de Hab 2,4 cujo termo “*emunah*” evoca a fé fiducial, evocação só possível a partir do original hebraico. O mesmo se diga da *gezerah shawah* que Paulo constrói em Rom 9,25-27 a partir de Os 1,25; 2,1; Is 10,22, em que a versão grega dos Setenta nada acrescenta, apenas confirma o texto massorético, e igualmente da *gezerah shawah* de Lev 18,5 e Dt 30,14-18 em Rom 10,6. Esta é uma tendência atestada em muitas outras ocorrências e que também se verifica com o livro do Apocalipse, que volta a ser reaproximado, no que às citações do Antigo Testamento diz respeito, ao texto massorético e não à versão grega de Teodociação. Afinal, a tese de Robert Charles no seu comentário dos anos vinte do século passado volta

a ganhar consistência. E isto para já não falar de todos os hebraísmos, semitismos e aramaísmos que integram o texto do Novo Testamento, sobretudo nos evangelhos. Além disso, no caso do epistolário paulino é cada vez mais evidente que o apóstolo recorre às técnicas rabínicas de citação e de comentário midráshico do Antigo Testamento, pelo que o texto que Paulo privilegia é o massorético. Veja-se o que acontece com a proximidade entre Paulo e a controvertida judaica do *mahaloqet* da escola de Hillel (cf. Gal 3,6.14; 4; Rom 4). Será que não acontecerá e não estará já a acontecer com os Setenta o mesmo que com a Vulgata e a Neo-Vulgata?

Ao longo do texto o autor vai inserindo fotografias de algumas edições críticas ou dos manuscritos mais representativos, o que é sempre enriquecedor, pois oferece ao leitor um contacto mais visível com a fonte do trabalho da exegese bíblica. No fim, o autor fornece suplementos e um índice temático e onomástico (p. 351) muito útil ao leitor, além de uma longa bibliografia de instrumentos de trabalho, de traduções do texto bíblico, de edições críticas do texto da Bíblia Hebraica e da Bíblia Grega (p. 340), de inúmeros dicionários (p. 342), da edição de textos apócrifos, de gramáticas de grego bíblico e de hebraico e de algumas concordâncias (p. 346). Notámos, todavia, a ausência de algumas referências fundamentais, que aqui deixamos como indicação e que não podemos deixar de assinalar para uma próxima edição da obra:

TH. RÖMER – J. D. MACCHI, *Guide de la Bible hébraïque. La critique textuelle dans la Biblia Hebraica Stuttgartensia (BHS)*, Genève: Labor et Fides 1994; BARR, J., *Comparative Philology and the Text of the Old Testament*, Oxford 1987; CHIESA, B., *The Emergence of Hebrew Biblical Pointing the Indirect Sources*, Frankfurt-Cirencester 1979; PARKER, D. C., *Codex*

Bezae. An Early Christian Manuscript and its Text, Cambridge University Press 1992; PENKOWER, J. S., "Verse divisions in the Hebrew Bible", *VT* 50/3 (2000) 379-393; PERI, I., "Ecclesia und synagoga in der lateinischen Übersetzung des Alten Testaments", *BZ* 33 (1989) 245-251; PISANO, STEFANO, "Bilancio attuale sulle edizioni del testo biblico", *Ricerche Storico Bibliche* 13/1 (2001) 271-278; PUECH, ÉMILE, "Le livre de Qohélet à Qumran", *Ho Theologos* 18/1 (2000) 109-114; STRAMARE, T., "I Vangeli della Vulgata", *Riv.Bib.It.* 49 (2001) 155-172; TOV, E., *Textual Criticism of the Hebrew Bible*, Assen, Fortress Press 1992; WÜRTHWEIN, E., *Der text des A.T. Eine Einführung in die Biblia Hebraica*, Stuttgart, 1988 (esta obra surge citada na tradução inglesa na p. 71); HODGES, Z. C. – FARSTAD, A. L., *The Greek New Testament According to the Majority Text*, Nashville 1992; HORST, ULRICH, "Melchior Cano und Dominicus Báñez über die Autorität der Vulgata", *MünThZeit* 51/4 (2000) 331-351; KIRAZ, G.A., *Comparative Edition of the Syriac Gospels IV*, Leiden 1996; IDEM, *A Computer Generated Concordance to the Syriac N.T.*, Leiden 1993; NICKLAS, TOBIAS, "Eine Skisse zu Codex Coridethi (Q 038)", *NT* 42/2 (2000) 316-327; W. THIELE (hrsg.), *Sirach (Ecclesiasticus)*, [= *Vetus Latina. Die Reste der altlateinischen Bibel X/2*], Freiburg 1987-2005; GUALDUPE SEIJAS (org.), *Historia de la literatura hebrea y judía*, Madrid, Trotta 2014.

Nas gramáticas apresentadas na p. 344 consideramos importante não esquecer obras de referências como as seguintes:

DAWSON, D. A., *Text-Linguistic and Biblical Hebrew*, [= JSOTSS 177], Sheffield 1994; DEIANA, G. – SPREAFICO, A., *Guía para el estudio del Hebreo Bíblico*, Roma, SBBF 1995; EATON, J. H., *First Studies in Biblical Hebrew*, Sheffield 1980; a gramática clássica de GESENIUS, W., *Hebräisches Grammatik (Leipzig 1919-1929)* I-II,

Hildesheim-New York 1962; a revisão por KAUTZSCH, E., *Gesenius' Hebrew Grammar (Clarendon 1910)*, Oxford 1982; HOSSETTER, E. C., *An Elementary Grammar of Biblical Hebrew*, [= *Biblical Languages I*], Sheffield 2000; JOUON, P. – MURAOKA, T., *A Grammar of Biblical Hebrew (1991)*, I-II, [= *Subsidia Biblica* 14], Roma, P. I.B. 1996.

Falta na p. 342 a referência à grande obra em quatro volumes de BAUMGARTNER, W. – STAMM, J. J., *Hebräisches und aramäisches Lexicon zum Alten Testament*, I-IV, Leiden, Brill 1967-1990, além do *Dictionary of Classical Hebrew* de DAVID CLINES e da nova edição da concordância do MOULTON – GEDEN, *A Concordance to the Greek Testament According to the Text of Westcott and Hort, Tischendorf, and the English Revisers (1897)*, Edinburgh 1978 (New York 2002, ed. H. Marshall).

Em síntese, esta obra e esta coleção enriquecem sobremaneira o panorama editorial português. No caso presente, este volume é muito abrangente no período que cobre. Está escrito num estilo bastante legível para o leitor e não entra em questões demasiado técnicas. Apesar disso, não deixa de apresentar uma abordagem rigorosa e uma análise acríbica aos vários e maiores testemunhos antigos do texto bíblico. A descrição destes testemunhos é tornada mais interessante com a inclusão do historial de alguns deles (como foi exemplificado) e com a comparação das várias famílias textuais a que pertencem. Para tornar uma matéria tão complexa e técnica mais acessível aos leitores, o autor prescindiu de tratar questões concretas da crítica textual. Ainda assim, não deixa de exemplificar a pertinência desta área da investigação bíblica, bem como as consequências para a hermenêutica destas questões e de algumas traduções, as quais, precisamente enquanto traduções, são *per se* um trabalho de hermenêutica.

A reflexão está bem documentada, e o leitor segue um fio condutor, o que confere lógica ao percurso oferecido. Assim, o autor começa nas origens hebraicas do texto bíblico e conclui com o encerramento da tradução para latim da Neo-Vulgata. Por tudo isto há que elogiar a editora – Esfera do Caos – e o autor por este empreendimento notável, por este trabalho sério, inovador em Portugal, do

qual não conhecemos nenhum paralelo, e que é feito por alguém que sabe do que fala porque domina os instrumentos necessários para avaliar e contar a história da tradução e das traduções bíblicas – as línguas originais da Escritura, todas, sem exceção. Daí a sua originalidade e o seu enorme interesse, pois faculta em português uma reflexão e informação até agora indisponível.

José Carlos Carvalho